

(In)segurança das mulheres no conflito da ex-Iugoslávia: uma análise pela perspectiva da Psicologia Política e da Segurança Humana Feminista

(In)seguridad de las mujeres en el conflicto en la antigua Yugoslavia: un análisis desde la perspectiva de la Psicología Política y la Seguridad Humana Feminista

Female (in)security in the conflict of the former Yugoslavia: an analysis through the Political Psychology and the Feminist Perspective of Human Security

Núbia Sanches Martins¹

Resumo

O presente artigo busca fazer uma reflexão sobre as situações de insegurança das mulheres em contexto de conflito armado, o caso analisado será o da guerra civil na ex-Iugoslávia que durou de 1992 a 1995. As situações levantadas estão relacionadas à prática do estupro como estratégia de limpeza étnica e também às inseguranças econômicas durante e após a guerra. A hipótese levantada é de que as situações de insegurança as quais as mulheres experimentam em períodos de conflitos armados não são simples produto da guerra, mas são reflexo da estrutura social, que mesmo na ausência de conflitos, permite, tolera e incentiva as violências praticadas contra as mulheres. Portanto, conceitos como violência estrutural, violência institucionalizada e a violência simbólica serão pano de fundo dessa reflexão. Ademais, será utilizada a categoria analítica de gênero além da perspectiva da segurança humana feminista e da psicologia política.

Palavras-Chave: Guerra; Insegurança das mulheres; Segurança Humana Feminista; Violação de Direitos Humanos das mulheres; Psicologia Política.

Resumen

El presente artículo constituye una reflexión sobre las situaciones de inseguridad de las mujeres en el contexto del conflicto, el caso analizado es la guerra civil en la antigua Yugoslavia, que duró desde 1992 hasta 1995. Las situaciones levantadas están relacionadas con la práctica de la violación sexual como estrategia de limpieza étnica y también las inseguridades económicas presentes durante y después del conflicto. La hipótesis es que las situaciones de inseguridad que experimentan las mujeres en tiempos de conflicto armado no son simplemente producto de la guerra, pero son un reflejo de la estructura social que, hasta en momentos en los que no existe un conflicto armado, permite, tolera y alienta la violencia contra las mujeres. Por lo tanto, conceptos tales como violencia estructural, violencia institucionalizada y violencia simbólica serán utilizadas como el fondo de este trabajo. Además, será utilizada la categoría analítica de género y también el punto de vista de la Seguridad Humana Feminista y de la Psicología Política.

Palabras claves: Guerra; Inseguridad de las mujeres; Seguridad Humana Feminista; Violación de los derechos humanos de las mujeres; Psicología Política.

¹ Graduanda em Relações Internacionais; Universidade Estadual Paulista - UNESP; Franca, São Paulo, Brasil; nubia.sanches@gmail.com.

Abstract

The present article proposes a reflection about the situations of insecurity of women in wartime. The civil war in the former Yugoslavia (1992-1995) is the case that will be analyzed. The situations of insecurity were multiple; they are related to rape as a weapon of war and it will be also analyzed the socio-political issues, during and after the conflict. The hypothesis is that situations of insecurity experienced by women in wartime are not merely a product of war, but they are reflection of social structures – that even in “peace” time, allows, tolerates and even encourages violence committed against women. Therefore, concepts such as structural violence, institutionalized violence and symbolic violence are background of this reflection. In addition, it will use the gender as an analytical category through a feminist standpoint of view; moreover, it will be used the Feminist Perspective Human Security and the Political Psychology to analyze these events.

Keywords: Feminist Perspective of Human Security; Political Psychology; Violation of Women’s Human Rights; War; Women’s Insecurity

1. Introdução

A estrutura patriarcal no bojo da sociedade capitalista estabelece uma dinâmica de assimetria de poderes e acesso aos recursos econômicos entre homens e mulheres, privilegiando os primeiros. Além disso, essa organização social se mune de instrumentos ideológicos que contribuem com a exploração-dominância das mulheres, os principais são o machismo e a misoginia. Assim, sustentam a hierarquia entre os gêneros ao desvalorizar o que é entendido por feminino ao mesmo tempo em que valorizam o masculino; usam desses princípios para justificar as desigualdades políticas, sociais e econômicas entre mulheres e homens.

Portanto, é necessário perceber a perspectiva masculinista tanto dos organismos e instituições de poder político quanto da própria produção de conhecimento e as abordagens utilizadas pelas lentes teóricas *cegas ao gênero*. Nesse contexto, o uso de gênero enquanto categoria analítica e da Segurança Humana Feminista tem o objetivo de evidenciar as violências perpetradas contra as mulheres e compreender que constituem violação de seus direitos humanos. Já a Psicologia Política assume o compromisso em transformação da realidade, assim busca contribuir para a análise das relações de poder e transformar a ordem sociopolítica que desprivilegia as maiorias sociais².

Nesse sentido, Smigay (1999) postula a importância em compreender as condições nas quais o estupro sistemático é produzido e se manifesta. Ao apresentar essa interpretação, empenha-se em distanciar a associação do estupro como uma transgressão individual (exceções ou patologias) e atentar para uma “análise conjuntural e política do fenômeno, produzindo poderosos instrumentos analíticos de uma cultura, uma sociedade, dos grupos e coletividades inteiras” (Ibid., p.109), além de situá-lo enquanto violência de gênero, tratando

² Refere-se a maiorias as categorias desfavorecidas pelas hierarquias originárias de gênero, classe, etnia/cultura, sexualidade, corporeidades, transnacionalidade.

da sua especificidade em situações de guerra. Assim, “tirando-o do campo do psicológico e individual e levando-o para o campo da psicologia política, abrindo a possibilidade de conceitualizá-lo como uma batalha, onde o corpo das mulheres passa a ser um território contestado” (Ibid., p.111).

O artigo buscará evidenciar as experiências das mulheres durante e após o conflito na ex-Iugoslávia. Assim, serão levantadas as situações de inseguranças provocadas pelas violências sexuais e o contexto socioeconômico que foram experienciadas por elas na guerra. O artigo se divide em três seções principais, na primeira serão apresentadas as duas abordagens teóricas propostas para a reflexão. Na segunda, serão trazidos os debates no âmbito internacional acerca da prática do estupro na guerra e, principalmente, no caso da ex-Iugoslávia. Na terceira parte serão expostas algumas situações de insegurança, questões relacionadas à prática da violência sexual no conflito e assuntos socioeconômicos, formas de invisibilizar as violências praticadas contra as mulheres ou marginalizar suas experiências e vozes. Por fim, nas considerações pretende-se retomar os temas principais, amarrando-os e conectando-os com as abordagens teóricas elegidas.

2. As abordagens teóricas utilizadas

Nessa seção serão apresentadas as duas abordagens teóricas utilizadas neste artigo. Serão mostrados seus aspectos principais de modo a justificar a escolha por elas para, em seguida, ser possível refletir a questão das inseguranças das mulheres no contexto do conflito na ex-Iugoslávia.

2.1. Uma abordagem sensível ao gênero nas Relações Internacionais³: a Segurança Humana Feminista

Ao usar gênero como categoria de análise, é necessário precisar o que é gênero, assim, a compreensão de

Gênero como um sistema de símbolos, empregados para interpretar a realidade e fixar significados, servindo, conseqüentemente, não apenas como uma categoria de classificação e forma de diferenciação de indivíduos, mas também como um guia para as nossas ações (MONTE, 2013, p. 69).

Basicamente, gênero remete a uma construção histórica e social dos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino, são os significados produzidos pela vida gregária. Nesse sentido, as sociedades conferem significados diferentes às pessoas de acordo com um fator biológico

³ Diferencia-se “relações internacionais” (os fenômenos que ocorrem nesse contexto) de “Relações Internacionais” ou RI (disciplina ou campo de estudo que analisa tais fenômenos).

e, em função disso, também são organizadas as atividades e as características que lhes são conferidas. A partir disso, as normas e regras engendradas não apenas modelam as sociedades, mas também naturalizam condutas (SAFFIOTI, 2004).

Assim, Butler (2008) postula que gênero é resultado de performances individuais que estão de acordo com as práticas reguladoras e, portanto, como as identidades são efeito de práticas discursivas. Isso quer dizer que as estruturas (linguagem, práticas sociais, políticas) baseadas no gênero são efeito de práticas individuais e coletivas repetidas durante tanto tempo que se converteram em aparentemente naturais, substanciais.

A abordagem feminista nas Relações Internacionais é introduzida no âmbito do “terceiro debate” – inserido em uma perspectiva pós-positivista, questionando os debates tradicionais da disciplina que não consideravam a dimensão social. Esse aporte teórico reflexista focaliza as questões identitárias constituintes das RI – entre elas as normas, os discursos e a produção de conhecimentos (MONTE, 2013). As lentes de gênero para as RI analisam aspectos tais quais militarização, nacionalismo e valores históricos patriarcais atrelados ao fazer ciência; de forma a demonstrar os efeitos que provocam nas realidades das mulheres.

Dessa forma, a abordagem feminista nas RI tem por foco examinar as instituições e as práticas políticas no cenário internacional; desvelar a posição desprivilegiada das mulheres no acesso a recursos, poder e autoridade, organizados de acordo com os discursos de gênero. Além de empenhar-se em “incluir no seu projeto científico uma dimensão política (...) mas também de construção de uma ordem internacional mais justa, na qual hierarquias de gênero, classe ou raça, não estejam presentes” (Ibid., p.68).

O argumento central que a teoria feminista traz para os estudos de segurança é que estes devem se mover para além da concepção tradicional de segurança⁴ e do conceito de Segurança Humana⁵ e aplicar uma estrutura de segurança mais sensível ao gênero. Os estudos de segurança feministas partem do pressuposto que as situações e inseguranças das mulheres não estão restritas a situações de conflitos armados; alguns problemas podem derivar das guerras, porém, qualquer questão de insegurança pré-existente ao conflito, será intensificada

⁴ Os estudos tradicionais de Defesa e Segurança têm por objetivo central a garantia da soberania nacional, contando com a atividade militar para a defesa da integridade do Estado-nação.

⁵ A segurança humana questiona a abordagem tradicional de segurança; reconhece que da mesma forma que a segurança está associada a riqueza e poder, as inseguranças estão relacionadas a marginalização social e política. Contudo, essa abordagem falha em tratar como essa última situação (insegurança) impacta no nível individual. Além disso, a Segurança Humana leva em consideração, por exemplo, os níveis de pobreza; contudo, estar acima desse nível não significa necessariamente estar em segurança.

com ele. Por esse motivo, essa vertente dos estudos de segurança também propõe abordar temas tais quais a violência doméstica, o estupro, a pobreza e questões relacionadas à hierarquia dos gêneros além dos problemas relativos à guerra e à violência internacional (PERIC, 2015).

As inseguranças durante conflitos estão associadas à dificuldade ao acesso aos serviços de saúde, à dependência da ajuda humanitária, ao deslocamento populacional, à (ampliação da) pobreza, diminuição do valor do capital humano – fatores que afetam a saúde e bem-estar da população atingida pelo conflito (Demény 2011). No contexto pós-conflito, as operações de construção da paz não consideram essas questões – no caso da guerra na ex-Iugoslávia, não envolveu medidas de ajuda econômica com vistas ao alívio da pobreza nem o auxílio às mulheres sobreviventes a violências sexuais (PERIC, 2015).

Assim, quatro questões estruturam o debate de segurança: a quem a segurança busca proteger; qual o setor considerado principal para a garantia da segurança; se sua preocupação deve ser exclusiva com ameaças externas ou se as internas também devem ser consideradas; e sobre as políticas de segurança, se estão vinculadas apenas a perigos e ameaças emergenciais (Ibid.).

Portanto, a teoria feminista das RI se dedica em responder essas perguntas posicionando a segurança das mulheres como referencial; considerando todos os setores como importantes na garantia de segurança, não apenas o militar; preocupações com ameaças externas e internas; além de empenhar-se em perceber as consequências de gênero em um campo em que normalmente não é considerado *cego ao gênero*.

Assim, busca fornecer uma abordagem ontológica, epistemológica e metodológica para a disciplina e os estudos de segurança, visibilizando as experiências e vozes das mulheres. A perspectiva de gênero torna-se cada vez mais central por entender que ele é “fonte complexa de organização de poder, instituições e hierarquias” (MONTE, 2013, p. 78). A partir disso, examinam os fatores que contribuem para as inseguranças das mulheres além de analisar como atuam e seus reflexos diretos e indiretos nas realidades delas.

2.2. A Psicologia Política

Antes de explicar o que é a Psicologia Política (PP), é necessário especificar o que é considerado como comportamento político por essa disciplina. Martin-Baró (1991) argumenta que a definição mais próxima do político seria determinada pelo sentido e impacto que provoca no equilíbrio de forças sociais. Portanto seu efeito poderia ser tanto para a manutenção da ordem tal qual está posta quanto para a transformação. E, então, a

compreensão da política enquanto “atividade humana, seus efeitos, seus processos e os fenômenos psicológicos inclusos nela” (MONTERO, 2009).

Nesse sentido, a proposta da Psicologia Política é ir além de ser mais uma forma de compreender o político, o comportamento humano, sua natureza e suas causas, de fazer uma interpretação pura dos dados positivos. Busca, então, ser uma ferramenta de descrição, análise, explicação dos fenômenos políticos (tanto da esfera pública quanto da privada) a partir “dos mecanismos de poder que operam por ela [prescrições sociais], revelando os recursos comunicativos, persuasivos e de força empregados nesse espaço [político]” (Ibid., p. 204). Assim, perceber as ferramentas ideologizadoras ou desideologizadoras de uma realidade social, ou seja, se contribuem com os interesses da classe dominante (a manutenção de uma ordem discriminante) ou se questionam e desmascaram a ordem sociopolítica instituída (MARTIN-BARÓ, 1990).

Portanto, a ação transformadora objetivando um impacto social da PP revela o caráter desideologizador da disciplina, de modo a buscar contribuir para “uma nova consciência da e na atividade política” (BARÓ, 1990, p. 565). A Psicologia Política “deve se colocar a serviço das maiorias despossuídas [de poder]” (Ibid., p. 568) e disponibilizar o conhecimento acerca desses fatos a todas/os indivíduos/os⁶ da sociedade.

A disciplina considera que o conhecimento público é capaz de mudar dialeticamente aquilo que é verdadeiro, “posto que aquilo que o era até um determinado momento, deixa de ser por consequência de seu conhecimento público ou da tomada de consciência sobre sua realidade” (MARTIN-BARÓ, 1991, p. 581). Desse modo, a concepção dialética da verdade enquanto relativa, uma “transitoriedade histórica do dado social” percebe que este não é estático, mas dinâmico. Desse modo, um acontecimento social (político e/ou psicológico) deve ser compreendido enquanto produto de uma história; além do que mostra que é (é assim e não de outra maneira), mostra também o que “poderia ter sido *se* fossem dadas outras condições, *se* tivesse sido desenvolvida outra história social” (Id., 1990, p. 586). Nesse sentido, a PP atua de modo a fazer verdadeira uma realidade que se almeja: “que se faça realidade e verdade o processo de libertação dessas maiorias” (Id., 1991, p. 587). Evidencia “a

⁶ Optou-se no trabalho a fazer um uso não sexista da linguagem por perceber que esta não é neutra; transmite e reforça as relações assimétricas e hierárquicas e não equitativas de gênero. Portanto, é necessário contemplar e incluir nas nossas expressões o uso mais adequado da linguagem a fim que abarque as transformações sociais. Uma vez que o uso do “generalizante” masculino para se referir à maioria remete aos tempos em que os espaços eram ocupados majoritariamente, se não exclusivamente, por homens, de forma a excluir e marginalizar a participação feminina (FRANCO, CERVERA, 2006).

vontade explícita de contribuir para a análise e resolução dos problemas sociais" (MONTERO, 2009, p. 584) de maneira interdisciplinar⁷.

A classe dominante é que determina o que admitir (ou não) “existente”, ou seja, o que considerar aceitável ou adequado tornar de conhecimento público – um “opinar sem dizer”, ocultando determinadas informações em benefício da ordem sociopolítica⁸. Portanto, a interdisciplinaridade é fundamental para “ver” um fato em sua totalidade, tocar ao fundo o assunto, empenhando-se em evitar dar respostas ou julgamentos enviesados, estereotipados ou mesmo preconceituosos. Para ser possível caminhar em direção a uma justiça social legítima.

Nesse sentido, o compromisso político nessa atividade científica evidencia-se na vontade em transformar a realidade política-social

Se trata da emancipação de grupos sociais que sofrem opressão, que são excluídos e marginalizados [privados] dos meios e modos que lhes permita satisfazer suas necessidades tanto básicas quanto complementárias e desenvolver seus recursos e potencialidades a fim de auto-determinar suas vidas (MONTERO, 2000 apud MONTERO, 2009, P. 206).

Assim, a busca por uma PP que faça a “problematização, desideologização, desalienação, desnaturalização e conscientização” (Ibid., p. 207). Assim, é possível avaliar, questionar, desnudar a forma como estão estabelecidas as relações de gênero por meio da PP uma vez que

Estereótipos [de gênero] naturalizam e justificam estruturas sociais hierarquizadas e são políticos na medida em que significam a reprodução de relações de poder. Gênero é importante não apenas porque define as relações de poder entre homens e mulheres, mas porque também condiciona o nosso pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais. (MONTE, 2013, p.70).

Portanto, juntamente com os princípios da Segurança Humana Feminista que expõe, analisa e questiona a forma como essas relações estão postas (de forma desigual e discriminatória); é possível buscar por uma transformação nessas relações. Uma

⁷ O impacto na ordem social não seria possível apenas por meio de um trabalho que seja exclusivamente psicoterapêutico. Portanto, a interdisciplinaridade é colocada pela PP como medida para buscar suprir as necessidades das/os indivíduos/os, oferecendo-lhes, por exemplo, suporte legal ou apoio na busca por emprego (MARTIN-BARÓ, 1990, p. 569-570).

⁸ Sobre isso, a Psicologia Política apresenta a Teoria da Dominação que busca explicar a forma como os grupos sociais podem usar o poder a benefício próprio. Assim, podem usar os poderes legislativo, judicial e executivo em prol da manutenção de um sistema hierárquico e opressivo. Uma ordem supressora de direitos e serviços, que introduz concepções de desvalorização (estereótipos e mitos) que a legitime. Assim, essa atitude “também contribui para o estabelecimento e manutenção de mitos que estão enraizadas ou ancoradas às concepções dominantes de ‘moral’ ou ‘verdade’ que governam a determinados grupos sociais” (MARTIN-BARÓ, 1991, p 209-210).

transformação política e com sensibilidade de gênero, com vistas à garantia dos direitos das mulheres.

3. O estupro como instrumento de guerra: insegurança das mulheres e ruptura de seus direitos humanos

Logo após a IIª Guerra Mundial, a Convenção de Genebra (1949) conceituou o estupro enquanto um ataque contra a honra e não uma ruptura dos direitos das mulheres. Dessa maneira, marginalizou a gravidade e os reflexos provocados pelo estupro e suas especificidades no contexto de conflitos. Portanto, é necessário compreender essa violação de maneira precisa, englobar suas particularidades a fim de afastar quaisquer resquícios de vinculação a um crime contra a propriedade ou contra a honra. Uma conceituação que o conceba enquanto um crime de gênero, uma violação dos direitos (tanto do direito a autonomia e integridade de seu corpo quanto dos direitos reprodutivos das mulheres) e que seja possível perceber a maneira como isso reflete nas situações de insegurança as quais as mulheres estão expostas durante a guerra.

Durante a década de 1990, o debate acerca do estupro enquanto instrumento de guerra entrou na agenda internacional. Tanto as organizações internacionais quanto a mídia dirigiram atenções para conflitos étnicos que emergiam nesse período, e marcados pela nítida intenção genocida e de limpeza étnica⁹, nos quais, incluía a prática do estupro de maneira disseminada. Foi a primeira vez que o estupro durante conflitos é socialmente visto e inserido nas discussões de foros e organizações internacionais (SMIGAY, 1999, p.105).

O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia¹⁰ (TPII) foi a primeira corte internacional desde a IIª Guerra Mundial. Foi instaurado de 1996 a 1997 com a finalidade de julgar crimes cometidos durante a guerra civil na ex-Iugoslávia. A prática do estupro “em massa”, no caso da Bósnia-Herzegovina, foi considerada pelo Direito Internacional Humanitário sob quatro aspectos: crime de guerra, crime contra a humanidade, violação das leis e costumes da guerra e genocídio (PERES, 2011).

⁹ Genocídio seria essencialmente o assassinato sistemático de determinada etnia, cultura, religião; limpeza étnica seria a transferência da população seja de forma induzida (promulgação de leis, por exemplo) ou de forma coercitiva (queimas de propriedades, estupros, ameaças que provoquem o medo) (PERES, 2011).

¹⁰A República Federativa Socialista da Iugoslávia (FDSI) era composta por seis repúblicas (Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Montenegro, Macedônia e Sérvia) e duas províncias autônomas (Kosovo e Vojvodina). A guerra civil na ex-Iugoslávia resultou do processo de desintegração da RFSI. O trabalho refere-se aos conflitos ocorridos na Bósnia-Herzegovina haja vista que é onde são relatados os casos específicos dos estupros.

No que concerne aos crimes de guerra, costuma-se julgar apenas um dos lados do conflito o qual é responsabilizado inteiramente pelos crimes ocorridos – embora ambos os lados os tenham cometido.

A compreensão do estupro como crime contra a humanidade evidencia sua dimensão genocida uma vez que se entende que atenta contra a existência de uma determinada população. Nesse caso, o comprometimento da hereditariedade e, portanto, da continuidade de uma etnia, nacionalidade, cultura e essa dimensão se reveste de maior importância em detrimento das violações experienciadas pelas mulheres.

Por sua vez, a violação das leis e costumes da guerra compreende a tentativa em conter os prejuízos ocorridos durante a guerra e subentende-se um aspecto moral e ético da guerra; em teoria as partes beligerantes devem levá-los em consideração durante os conflitos a fim de minimizar danos tanto para os combatentes quanto para a população civil. Contudo, o estupro não deve ser considerado “como um impedimento ético e moral a uma análise do que aconteceu que incorpore também esses parâmetros” (Ibid., p. 149), ou seja, vinculá-lo a uma questão moral e ética do fazer guerra também marginaliza a violência perpetrada contra as mulheres e tira do campo dos direitos humanos a compreensão desse ato de violação.

Por fim, o genocídio, da mesma forma que o crime contra a humanidade, destaca a face étnica do conflito e, portanto, relega a segundo plano as violências cometidas contra as mulheres e sua (in)segurança – além disso, em ambos os casos são considerados apenas ocorrências em que o estupro é usado de forma sistemática e direcionado a uma cultura, etnia ou nacionalidade específica, portanto, as outras formas de estupro são invisibilizadas e entendidas como meros “acasos”.

Contudo, o estupro em tempos de guerra se reveste de significados para além da intenção genocida. É um ato com objetivos sociopolíticos bem definidos. É uma estratégia cujos reflexos são conhecidos pelos perpetradores; para além de penetrar na hereditariedade e mesmo humilhar a etnia/nação adversária, busca-se penetrar nas mentes e causar a expulsão pelo medo. Essa prática provoca tantos traumas que dificulta e mesmo impede a reintegração da população nas regiões onde foram cometidos, ou seja, força a migração e a busca por refúgio em outros países ou regiões. Combinado a isso, ainda há a dificuldade em julgar e condenar os perpetradores, de modo que as condenações legais deveriam ocorrer com a finalidade também de dar mais segurança às mulheres e permitir maior eficácia da reintegração de suas/seus habitantes a suas cidades.

Nesse contexto, o estupro pouco tem a ver com o ímpeto sexual incontrolável – a expressão de uma virilidade (masculina) exacerbada –, o estupro está associado ao poder, à

propriedade e à manutenção de privilégios (SAFFIOTI, 1997). É “um crime de gênero, política sexual e poder” (VILHENA, ZAMORA, 2004, p.116). Brownmiller (1975) institui ainda que a violência praticada contra as mulheres, e o estupro especificamente, não tem a ver com patologias ou configuram exceções. São sintomáticos na sociedade, fazem parte como instrumento do patriarcado e este dispõe de dispositivos ideológicos de submissão subordinação-opressão das mulheres, a citar o machismo e a misoginia. Esse cenário – que conta ainda com a ideia de virilidade masculina enquanto expressão de uma (hetero)sexualidade agente, potente e constante – estimula e encoraja as diversas formas de violências perpetradas contra as mulheres, entre elas o estupro.

Essa conjuntura é levada à situações extremas tais quais as vistas na Bosnia-Herzegovina durante a guerra civil da ex-Iugoslávia. A próxima seção irá abordar algumas das situações de inseguranças enfrentadas pelas mulheres durante esse conflito.

4. Inseguranças durante e após o conflito na ex-Iugoslávia

É necessário perceber que o cenário de insegurança que as mulheres experimentam em tempos de conflito não são simples produto da guerra, mas são reflexos das relações de poder, dos aspectos culturais e simbólicos, das instituições políticas e da própria estrutura social na qual são fundadas e justificadas as violências praticadas contra as mulheres. À vista disso, essas violências presentes e latentes em sociedades em que não há conflitos apenas adquirem maior magnitude em contexto de guerras – em função, principalmente, da suspensão temporária das leis e da “ordem”.

4.1. As violências sexuais

Há indícios de que a prática do estupro durante conflitos é estrategicamente planejada seja pelo interesse em uma área (estabelecimento de um território “homogêneo” ou interesse econômico de controle de recursos naturais¹¹) seja pela estratégia da expulsão pelo medo. Nesse ponto, Hayden (2000) aponta que a prática do estupro garante a excelência da limpeza étnica, pois provoca a transferência da população para outros lugares (migrações forçadas,

¹¹ Relatório ONU de 2014 apresenta a vinculação entre violência sexual e as economias locais. O estupro continua sendo usado como instrumento de guerra e não se restringe a determinados continentes de acordo com relatório emitido pela ONU em 2014, no qual continha uma lista com 21 países onde utilizam o estupro como arma de guerra. Nesse momento, Zainab Hawa Bangura, representante do secretário-geral para o tema afirma que está é uma prática global, já que foram analisados países da Europa, Ásia, África, América do Sul e Oriente Médio. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/mundo/onu-lista-21-paises-onde-estupro-usado-como-arma-de-guerra-12287386>>. Acesso em: 25 junho 2016.

refúgio). Contudo, enfatiza que o estupro não é produto da guerra, que não está presente em todos os conflitos e que está presente quando não há conflitos.

Sobre o conflito na ex-Iugoslávia, Peres (2011) afirma que

A guerra colocou, portanto a questão nacional em primeiro plano. E após matar os homens, apropriou-se do corpo das mulheres, dominando todos os espaços como se não houvesse mais a necessidade ou possibilidade de uma convivência futura (p. 124).

A autora também evidencia a presença de dois tipos de hierarquização da violência sexual em contextos de guerra. A primeira é posta pelas formas com que são praticadas as violências sexuais – que vão desde a prostituição forçada, passando pelos “campos de estupro” até “ter um objeto cortante enfiado em sua vagina, ou seus testículos amarrados a um motor e assim arrancados de seu corpo” (BASSIOUNI, 1994 apud PERES, 2011, p. 131). A segunda é a informação acerca do estupro de homens e crianças; ao dar maior ênfase para esse dado, invisibiliza-se a ocorrência de estupros de mulheres, além de ocultar o caráter diferencial por trás da violação do corpo das mulheres.

As violações não devem ser colocadas de forma hierárquica a medir qual experiência foi mais traumática, qual causou mais dor. Se por um lado reifica a posição de vítima das mulheres – e, portanto quem foi mais vítima em um conflito – por outro deslegitima as violências sexuais que são entendidas como inferiores. Consequentemente, podem impedir o acesso dessas mulheres à assistência social composta por atendimento médico, psiquiátrico e também por auxílio à segurança econômica e social delas, sua reintegração às áreas em que se encontram – independente de ser sua cidade (ou país) de origem ou ser outra região.

Essas hierarquizações invisibilizam as consideradas “formas menores” ou “menos atroz” do estupro. Por esse motivo se faz necessária a compreensão de violência enquanto violação de direitos humanos e, portanto, uma concepção mais ampla e unânime do que constitui os direitos humanos das mulheres que afaste quaisquer noções patriarcais na interpretação do que constitui violência contra as mulheres. Para tanto, é necessário abarcar na análise a hierarquia de gênero na qual se funda a sociedade que justifica a posição de inferioridade e desprivilégios reservada às mulheres. Questionar e desmascarar essa estrutura social de modo a promover uma ação transformadora nessa ordem sociopolítica a fim de caminhar em direção à emancipação feminina.

4.2. A coletivização ou etnização das violências

Outro fator que invisibiliza as mulheres é a coletivização – ou a etnização – das violências praticadas contra elas durante os conflitos, uma vez que passam a ser vistas como um número, a vítima membra de um determinado grupo étnico. Com isso, a subjetividade, a intimidade, a vida e a voz de cada indivíduo sobrevivente são eclipsadas diante da voz comum ou da comunidade; com isso, a face étnica/nacional ganha maior ênfase. Desse modo, a coletivização do estupro objetifica a mulher enquanto “étnica”, ou seja, uma vítima genérica de determinada etnia, nega especificidades e subjetividades dessa mulher além de (novamente) invisibilizar outras formas de estupro que não estão inseridos nesse contexto étnico (BANJEGLAV, 2009 apud PERES, 2011, p.145).

Por outro lado, a coletivização do estupro pode facilitar às mulheres que compartilhem esses acontecimentos. O componente étnico facilita atribuir algum significado sobre o que ocorreu e, acima de tudo, por ter sido uma prática disseminada com nítida brutalidade há também uma coletivização da violência que impede a culpabilização das sobreviventes. Isso é de suma relevância uma vez que há um silenciamento em torno das violações das mulheres pelo próprio estigma que representa o estupro e sua associação à honra, pureza e dignidade casta das mulheres levando-as a se calarem. Além disso, representa um drama coletivo – seja da família seja da comunidade étnica/religiosa – com intensa responsabilização individual à medida que “cada mulher violada se sente portadora de uma vergonha grupal ampliada” (SMIGAY, 2009, p.114), portanto representa um silêncio não apenas das mulheres violadas, mas de todo o grupo social.

Smigay (1999) aponta um terceiro silenciamento por parte dos órgãos internacionais que foi, especificamente no caso da Bósnia-Herzegovina, “o recorte arbitrário de atribuições de responsabilidade” (p. 114) uma vez que não fizeram referências a mulheres estupradas com sobrenomes sérvios, apenas bosniacs (ou bosniaquinhas – bósnias muçulmanas), croatas e indeterminadas.

A guerra essencializa os grupos e as responsabilidades pelos crimes de guerra são, todas, imputadas para apenas um dos lados do conflito – como se no caso da Bósnia-Herzegovina, por exemplo, os perpetradores fossem apenas os sérvios e as mulheres violadas tivessem sido apenas as muçulmanas (PERES, 2011). As guerras são compostas por adversários uns contra os outros “e todos contra as mulheres; nesse ponto as guerras são igualmente ‘democráticas’ ao longo da história” (VILHENA, ZAMORA, 2004, p. 115).

A Psicologia Política postula que a revelação parcial dos fatos se reveste de um caráter ideologizador de modo a compactuar com as estruturas de poder. Como se os eventos

relatados tivessem sido *apenas* reflexo das circunstâncias da guerra, como se constituíssem de comportamentos *atípicos*, momentos de exceção. A responsabilidade imputada a apenas um dos lados (o perdedor), tal qual ocorre nos julgamentos dos crimes de guerra, parece legitimar essa ideia e justificar esse comportamento – em consonância à máxima de que “vale tudo na guerra”, essa é a idéia construída acerca da guerra.

Por esse motivo, Smigay (1999) adverte acerca da necessidade em “repor conceitos como acaso; casualidade, inesperado, risco e substituir por planificação, estratégias, táticas ou mesmo delinear uma geografia das agressões” (p.118). Dessa forma, objetiva-se expor que nenhum estupro é um mero acaso: pode ser um ato executado individualmente, contudo apresenta objetivos sociopolíticos de todas as formas de violência sexual contra as mulheres.

Ainda sobre isso, a autora propõe que o estupro seja entendido a partir de uma perspectiva da psicologia política, a qual busca compreender as condições nas quais ele é produzido e se manifesta. Ao apresentar essa interpretação, Smigay (1999) busca distanciar a associação do estupro como uma transgressão individual (exceções ou patologias) e atentar para uma “análise conjuntural e política do fenômeno, produzindo poderosos instrumentos analíticos de uma cultura, uma sociedade, dos grupos e coletividades inteiras” (p.109). Além de situá-lo enquanto violência de gênero, tratando da sua especificidade em situações de guerra. Assim, “tirando-o do campo do psicológico e individual e levando-o para o campo da psicologia política, abrindo a possibilidade de conceitualizá-lo como uma batalha, onde o corpo das mulheres passa a ser um território contestado” (Ibid., p.111).

4.3. A vinculação a outro(s) crime(s)

Comentou-se previamente que o estupro foi considerado pelo Direito Internacional, no caso da Bósnia-Herzegovina, enquanto crime de guerra, crime contra a humanidade, violação das leis e costumes da guerra e genocídio.

A principal inconsistência de tipificá-lo enquanto genocídio e crime contra a humanidade é desconsiderar as especificidades com que as mulheres são atingidas por essa prática – são violadas enquanto mulheres e enquanto membras de uma etnia, nacionalidade, cultura. A face étnica eclipsa a violência praticada contra as mulheres de forma a representar os corpos das mulheres enquanto territórios étnicos (PERES, 2011), “instrumentalizados para propósitos nacionalistas¹², políticos, militares ou, algumas vezes, ‘apenas profissionais’

¹²Os propósitos nacionalistas se referem também a sua própria nação que retratavam “a mulher enquanto um corpo étnico, símbolo da família, mãe da nação, quando violentado, encerrava a vitimização de toda a nação e a

(jornalísticos)” (KESIĆ, 2002, p. 317) – buscavam “manipular as mulheres enquanto símbolo da luta nacional” (PERES, 2011, p. 145).

Além disso, outra crítica apresentada à associação ao genocídio é a dimensão da construção patriarcal do gênero subentendida nela, em que se destaca o papel primordial das mulheres enquanto reprodutoras biológicas da família, ou seja, “vê mulheres enquanto corpos e receptáculos de sêmen, objetos para serem usados para diversão e procriação” (PERES, 2011, p. 141). Por esse motivo, a castidade delas traduz sua honra e de suas famílias além de representar o mais alto dos valores, “sua castidade se torna assunto de todos – os defensores e os agressores” (KESIĆ, 2002, p. 316). Portanto, destacar a dimensão genocida do estupro significa elevar o papel de reprodutoras da nação, ou seja, reconhece a violência sexual reprodutiva enquanto violação da descendência (hereditariedade) e não violação de direitos das mulheres. Esse argumento, do genocídio por procriação além de machista, apresenta também uma dimensão racista por “aceitar que uma nação ou um grupo étnico pode ser destruído por procriação, ou seja, pelo seu alargamento por meio da diluição do ‘sangue étnico’” (KESIĆ, 2002, p. 315). Ainda sobre a associação feita entre estupro e genocídio na qual o último é privilegiado, Kesić (2002) argumenta que

Porque os estupros de guerra e outras formas de violência contra as mulheres estavam tão fortemente imbricados às categorias de nação e etnicidade, eles puderam ser reconhecidos como estratégia de guerra, indiciados como crimes de guerra, e juridicamente ratificados – ou seja, levados a sério – somente quando ocorressem em grande número (seja lá o que signifique "grande"), fossem "sistemáticos" e "seguissem um padrão", e caso corroborassem para a ideia de genocídio e limpeza étnica (p. 317).

Contudo, essa questão é análoga ao que ocorre na coletivização (ou etnização) da violência no sentido em que facilita a reintegração das sobreviventes a suas comunidades. Por ressaltar a dimensão genocida – e, portanto, o componente de violência direcionada à etnia, cultura, nação ou religião – torna mais fácil para as mulheres e para a sua comunidade compreender que foram vítimas enquanto grupo étnico. Ademais, essa abordagem busca também remover a vergonha provocada pelo estigma do estupro nas sobreviventes de forma a concentrar a responsabilidade dos atos exclusivamente nos perpetradores. Contudo, esse enfoque destaca o dano causado ao grupo étnico e evidencia as motivações dos perpetradores, desviando o foco das violências praticadas contra as mulheres.

necessidade de proteção por seus homens (ou apontava para seu fracasso, espécie de castração simbólica dos seus defensores)” (PERES, 2011, p. 144).

Embora a intenção seja garantir a punição dos agressores e a reintegração das mulheres a suas comunidades, essa conceituação considera o estupro um efeito colateral do ato genocida. Quando, na verdade, é uma prática corriqueira em diversos conflitos, com ou sem intenção genocida, com sempre presente a intenção de dominação, humilhação máxima e desumanização do inimigo. Vito, Gill e Short (2009) argumentam que o intuito em associar o estupro ao genocídio é “elevá-lo acima de outros crimes internacionais e violações de direitos humanos” (p.37). Contudo, “ao tratar o estupro genocida de modo diferente, estamos, na verdade, dizendo que todas essas terríveis violações de mulheres podem ir adiante sem sanção comparável” (COPELON, 1999, p. 67). Nesse sentido, Smigay (1999) argumenta que a perspectiva da psicologia política busca incorporar o estupro ao campo das violências de gênero com a finalidade de enfatizar “o impacto do assalto sexual sobre o corpo das vítimas” (p.111).

O esforço é de considerar que o controle sobre seu próprio corpo é direito fundamental das mulheres e impedir a trivialização do estupro em tempos de guerra, **tentando fazer com que as organizações internacionais não o percebam como um crime nacional, mas como violação de direitos individuais, realocando o estupro na esfera pública.** Com isso, avança-se em relação à **igualdade de direitos** e reafirma-se a **integridade dos direitos humanos** (Tetreault, 1997 apud SMIGAY, 1999, p.115, grifos nossos).

A intenção de trazer essa reflexão não é de ignorar os objetivos sociopolíticos do estupro genocida, homogeneizando todas as formas com que se manifestam as violências sexuais contra as mulheres, principalmente em situações de “limpeza étnica” – diferente do que Vito, Gill e Short (2009) argumentam em seu trabalho. Contudo, busca atentar que o estupro por si só constitui um objetivo sociopolítico de dominação, “de demarcação de território”, como aborda Débora Diniz (2013).

Peres (2011) argumenta que “a violência sexual e reprodutiva, em grande quantidade e sistemática, aparece como modo de justificar o estupro como arma de guerra e, no caso da Bósnia, de extermínio/genocídio e limpeza étnica” (p. 140). Como se esses eventos tivessem sido usados *só* porque havia intenção genocida ou *só* porque era uma situação de guerra, ou seja, efeito secundário da guerra, do genocídio, reflexo das circunstâncias em que ocorreram. Sobre isso, Smigay (1999) postula que o estupro

Parece constituir-se num ‘a mais’, um evento secundário ou paralelo, entre as mazelas e indignidades que se cometem nesses ‘períodos de exceção’. E, no entanto, é prática que atinge corpos e psiquismos, que marca de forma indelével aquelas que o vivenciam; além disso parecem ter impacto – e origem – nos diferentes grupos sociais, seja de ‘oponentes’, seja nos seus próprios grupos de pertencimento. Mais do que um drama psicológico, uma dor, uma morte em vida, pretende e impacta uma coletividade inteira (p. 105).

Portanto, é necessário levar em consideração os aspectos culturais, sociais, as particularidades dos grupos e as inseguranças específicas das mulheres – sobretudo no contexto de conflitos – e identificar e romper com as estruturas que colaboram com a continuidade dessas violações a fim de reafirmar a integridade de direitos das mulheres.

4.4. As inseguranças socioeconômicas

As seguranças econômicas durante a guerra, do ponto de vista das teorias tradicionais de RI, estão associadas diretamente aos ganhos do conflito. Os gastos públicos com os serviços sociais para a população são deixados de lado, pois a atenção do Estado está voltada ao financiamento das Forças Armadas¹³.

As situações de inseguranças econômicas experienciadas pelas mulheres, durante e após esse conflito, estão relacionadas às migrações e busca de refúgio, à nova configuração das famílias e, ainda, aos planos de desenvolvimento econômico com vistas à reconstrução da região após a guerra.

Embora cada experiência apresente suas particularidades, as dificuldades das mulheres se assemelham durante a guerra; todas enfrentaram, em algum nível, a pobreza e falta de oportunidades econômicas, as quais resultavam no emprego informal¹⁴. As que tiveram que sair de suas cidades deixaram para trás empregos e propriedade. A pouca disponibilidade de trabalho produtivo levou-as a desempenharem funções informais que representam mais risco a sua própria segurança, muitas vezes envolviam atividades ilegais – a prostituição, por exemplo. O setor privado também as empregava, porém, na maioria das vezes as mulheres não eram registradas e não usufruíam da assistência social (PERIĆ, 2015).

Até o final do conflito, em 1999, a quantidade de refugiadas/os era de 1 milhão apenas na Sérvia e Montenegro. Esse número representa o maior na Europa. A maioria eram mulheres (50%), crianças (30%) e idosos/os (14%) (Nikolić-Ristanović, 2003 apud PERIĆ, 2015, p. 70). A situação de refugiadas ou de deslocadas internas configura novas situações de inseguranças, além do desemprego e trabalho informal, havia também a marginalização social por questões étnicas, culturais, nacionais, por exemplo.

¹³Perić (2015) adverte que a quantidade de dados qualitativos que mostram as disparidades socioeconômicas enfrentadas pelas mulheres durante a guerra é limitada. Contudo, com os dados disponíveis pode ser concluído como o foco do governo no Estado e na transição de uma economia planificada para uma economia de mercado (instaurada na região a partir de 1988).

¹⁴É importante salientar que os dados coletados não costumam levar em conta os trabalhos informais desempenhados pelas mulheres durante e após a guerra – principalmente no caso das mulheres que migraram para outras regiões ou as refugiadas. (PERIĆ, 2015, p.73)

Após o conflito, na segunda metade da década de 1990 e início de 2000, iniciativas de segurança humana foram implementadas na região com a finalidade de estimular o desenvolvimento sustentável e incutir reformas democráticas nos Balcãs, garantindo “Estado de direito”. As reformas econômicas instauradas na região, organizadas pelas instituições neoliberais, tinham o propósito de mover os países em direção à potencial adesão à União Européia. Foram pensadas e executadas por terceiros, ou seja, outros Estados (a exemplo o Canadá) e organizações internacionais. Os planos de ajustes estruturais contavam com empréstimos concedidos pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial. Contudo, esses planos de desenvolvimento internacionais, na verdade, poderiam agravar a pobreza, devido à dificuldade em pagar pelos empréstimos concedidos – situação que refletiria na população em geral (PERIĆ, 2015, p. 79).

Sobre isso, Perić (2015) afirma que

Infelizmente, mesmo com o fim do conflito, as mulheres dos Balcãs enfrentaram níveis desproporcionais de inseguranças socioeconômicas, como resultado da falha de estruturas de segurança humana para considerar adequadamente as disparidades de gênero nos processos legais, instituições neoliberais com foco na pobreza sem considerar como as mulheres saíram em comparação com os homens, e a priorização contínua dos gastos de defesa em detrimento do desenvolvimento e da assistência social. (p. 74-74)

Nesse sentido, a perspectiva feminista da Segurança Humana critica que, ao pensar a construção de um Estado mais forte, são deixadas de lado práticas das próprias instituições que buscam a “solução” das questões de inseguranças. Por exemplo, o programa de reconstrução e desenvolvimento para a região após a guerra, pautado em princípios neoliberais, não dimensionou os reflexos (negativos) que provocariam na sua própria população, provocando mais inseguranças. Além disso, a perspectiva feminista negrita que as estruturas opressivas e discriminatórias penetram todos os âmbitos da sociedade, portanto evidencia que estabelecer direitos formais iguais não é suficiente para garantir a igualdade, é necessário abarcar problemas institucionais, culturais (costumes que reforçam e mantêm situações de insegurança). Por isso a necessidade em aplicar as perspectivas de gênero para pensar os planos de desenvolvimento e reconstrução após o conflito.

Soma-se a isso a necessidade em redimensionar os gastos para garantir a segurança humana por meio de serviços sociais¹⁵, de forma a contribuir para melhorar as experiências

¹⁵Desde a formação da Sérvia em 2000, foram publicizados dados que apontam a correlação entre os níveis de pobreza e de gastos militares. Em 2004 e 2005, foram registrados os maiores níveis de pobreza na Sérvia – 1,9 milhões de pessoas (2004) e 2 milhões (em 2005) vivem com menos de US\$5 por dia. Percebe-se também que a Sérvia alocou uma quantidade de recursos maior que a média mundial para as despesas militares – em 2004 eram

das mulheres e da população em geral. Afinal, “segurança não significa nada se é construída a partir das inseguranças de outros” (TICKNER, 1992, p.55).

À vista disso, percebe-se a necessidade em construir uma concepção de segurança global e multidimensional que priorize aspectos políticos, econômicos, sociais e ecológicos. Que avalie a segurança das pessoas e de seu ambiente com a mesma seriedade com que se avalia a segurança estatal. Considerar outras formas de violência, que não apenas a física, mas também institucionais, simbólicas, culturais. Assim, “nos permite ir além de dicotomias simplistas entre guerra e paz, a uma consideração das condições necessárias para uma paz justa, uma definição mais ampla do que simplesmente a ausência de guerra” (Idem, p.16).

A Psicologia Política, guiada pela proposta de impacto social e transformação da ordem sociopolítica, configura-se um meio possível para (re)pensar essas situações de inseguranças, com vistas a atingir a equidade de gênero. Os processos e meios pelos quais a PP atua buscam alterar as estruturas de poder e caminhar para o desenvolvimento humano pleno. Leva em consideração a participação social, portanto, atenta para a autonomia das/os envolvidas/os no processo.

A necessidade em desvelar todos os fatos de um acontecimento pode parecer uma proposta utópica; porém, não se pode negar o significado político que esse procedimento representa. Isso não apenas para o método aplicado na PP, mas também para o movimento feminista que utiliza da crítica-denúncia com a finalidade de delatar situações de violências praticadas contra as mulheres. Portanto, revelar um acontecimento em sua totalidade representa uma busca de transformar a realidade tal qual ela está (ou tal qual ocorreu no conflito na ex-Iugoslávia) para a realidade que se almeja atingir: de justiça social e segurança humana efetiva a todas as mulheres e para a população em geral.

5. Considerações Finais

O presente artigo empenhou-se em avaliar algumas situações de inseguranças das mulheres ocorridas durante e após o conflito na Bósnia-Herzegovina. Buscou-se negritar que a prática da violência sexual tal qual se manifestou não é um simples produto da guerra; mas consequências e reflexos em maior escala daquilo que está contido, porém latente, em

gastos 5,5% de seu PIB com essa finalidade enquanto a média mundial era de 2,5% do PIB do Estado. A partir de 2005, os níveis de pobreza sofreram um declínio significativo e em 2008 atingiu os números mais baixos nos últimos 14 anos (800 mil pessoas viviam com menos de US\$5 por dia). Quanto aos gastos militares, em 2007 a Sérvia utilizava 3,7% do seu PIB e em 2008 baixou para 3,1% (GOVERNO DA SÉRVIA, 2003; PERIĆ, 2015).

contexto em que não há conflitos.

Na verdade, ocorre em função da presença de uma estrutura que permeia todos os setores da sociedade a qual é pautada em ideais masculinistas fundadas e sustentadas por princípios patriarcais os quais sustentam a exploração-opressão das mulheres, marginaliza e não considera as experiências e demandas políticas das mulheres mesmo no contexto em que não há conflito.

Dessa forma, contribuem não apenas em relegar a segundo plano a violência praticada contra as mulheres, mas também na ineficácia da compreensão do estupro de maneira mais ampla e conjuntural, analisando todos os componentes culturais e as estruturas sociais, econômicas e políticas, não apenas o ato em si – independente das circunstâncias e das localidades em que os estupros ocorrem.

É necessário evidenciar o estupro enquanto violência de gênero e violação de direitos das mulheres a fim de que seja possível organizar ações impeditivas e de reparação dos danos provocados. Smigay (1999) evidencia a necessidade em “entender como, porque, quando e onde são produzidos, a lógica que os sustenta e desconstruir os discursos que os legitimam é passo que instrumentaliza ações impeditivas” (p.107).

Esses mecanismos vão além da resposta legal e condenação dos perpetradores – essencial para garantir maior segurança às sobreviventes no retorno a seus lares sem ter que cruzar com os violadores –, constituem iniciativas internacionais e nacionais, políticas sensíveis ao gênero que priorizem e destaquem as posições e experiências das mulheres – tais quais programas de paz, propostas de governos, assessoria às e das Nações Unidas, publicações em revistas especializadas e meios que impactem na opinião pública – um exemplo seriam propagandas realizadas por Organizações Não-Governamentais ou Instituições do governo que conscientizem a população acerca dessa temática. (SMIGAY, 1999).

A perspectiva da psicologia política imputa a responsabilidade a todos os setores da sociedade haja vista que o concebe enquanto violação de direitos e, por conseguinte, determina ser um assunto da esfera pública. Em vista disso, a produção de conhecimento deve comprometer-se com a análise crítica dos fenômenos sociais e auxiliar na elaboração de medidas que promovam mudanças sociais profundas, incluindo sempre nessa análise as estruturas de poder e, portanto, buscando a construção de uma sociedade mais igual e segura.

Nesse sentido, a proposta feminista para a Segurança Humana buscar questionar a própria maneira de produzir conhecimento na disciplina de Relações Internacionais. Questiona as práticas e teorias *cegas ao gênero* que não abarcam as situações de inseguranças

das mulheres no contexto em que há conflitos armados e também quando não há. Busca dar visibilidade a suas experiências, atentando para suas particularidades, percebendo que são impactadas de modos diferentes. “A priorização de temas, obtidos pelas demandas de grupos violentados implica em assumir uma perspectiva de direitos com vistas à construção de um conhecimento relevante e participativo” (GONZÁLEZ-SUÁREZ, 2013, p.519).

Dessa forma, ambas as teorias empenham-se em analisar os acontecimentos em sua totalidade, revelando as estruturas de poder por trás deles, explicando seus efeitos e impactos na população; buscam a problematização desses fatos e a conscientização dessas informações por todas/os. Dessa maneira, os mecanismos citados devem trabalhar com vistas a avançar em relação à garantia do acesso aos recursos políticos (leis que assegurem a igualdade de direitos), econômicos e sociais. Assim, busquem a transformação da realidade social e da ordem sociopolítica de forma possa ser estabelecida uma realidade de justiça social e segurança humana efetiva. Que assim seja possível garantir a segurança humana das mulheres em quaisquer circunstâncias e localidades, reafirmando a integridade de seus direitos humanos.

Referências

- BROWNMILLER, Susan. *Against our will: men, women and rape*. New York: Open Road Integrated Media, 2. ed., 2013.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2. ed., 2003.
- COPELON, Rhonda. *Surfacing Gender: Reengraving the Crimes against Women in Humanitarian Law*. In: Dombrowski, N. (org.). *Women and War in the Twentieth Century*. Nova York e Londres: Garland Publishing, 1999.
- Demény, Gyöngyvér. *Factors of Socio-economic Uncertainty in the Bosnian War*. Brighton: MICROCON, 2011.
- DINIZ, Débora. *A marca do dono*. Estadão, nove de novembro de 2013. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-marca-do-dono,1094960>>. Acesso em: 10 outubro 2016.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 28. ed., 2014.
- FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Peres. *Manual para o uso não sexista da linguagem*. UNIFEM (ONU), 2006. Disponível em

<<http://www.campanaderechoeducacion.org/sam2011/wp-content/uploads/2011/05/manualusonaosexistalinguagem.pdf>>. Acesso em: 10 outubro 2016.

González-Suárez, Mirta. *Psicología Política y Feminismo*. *Psicología Política*, v. 13, n. 28, p. 507-523, 2013.

HAYDEN, Robert M. *Rape and Rape Avoidance in Ethno-National Conflicts: Sexual Violence in Liminalized States*. *American Anthropologist. New Series*, v. 102, n. 1, p. 27-41, março 2000.

KESIĆ, Vesna. *Muslim women, Croatian women Serbian women, Albanian women*. In: BJELIĆ, Dušan I.; SAVIĆ, Obrad. (org.) *Balkan as metaphor: between globalization and fragmentation*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2002, p.311-321.

Martín-Baró, Ignácio. *El método en psicología política*. 1991. Fernando Lacerda (trad.). *O Método em Psicologia Política*. *Psicologia Política*, v. 13, n. 28, p. 575-592, 2013.

_____. *Hacia una psicología política latino-americana*. [1988]1990. Fernando Lacerda (trad.). *Psicologia Política Latino-Americana*. *Psicologia Política*, v. 13, n. 28, p. 555-573, 2013.

_____. *Processos Psíquicos e Poder* [1987]1994. Fernando Lacerda Jr., trad.). *Psicologia Política*, v. 14, n. 30, p. 591-608, 2014.

MONTE, Izadora Xavier do. *O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais*. *Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 21, n.1, p. 59- 80, maio de 2013.

MONTERO, Maritza. *¿Para qué Psicología Política?* *Psicologia Política*, v. 9, n. 18, p.199-213, 2009.

PERES, Andréa Carolina Schvartz. *Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia*. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 117-162, 2011.

PERIĆ, Lana. *Female (In)Security: Challenging Notions of Security, the State, and Man's Warfare through the Western Balkans*. Ottawa, 2015. Monografia de Bacharelado – Departamento de Ciência Política – Relações Internacionais.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *No fio da navalha: violência contra as crianças e adolescentes no Brasil*. In: MADEIRA, F. (org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 135-211.

SMIGAY, Karin. E. von. *Violação de corpos: O estupro como estratégia em tempos de guerra. Uma questão para a psicologia social?* *Psicologia & Sociedade*. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 104-120, 1999.

Tickner, J. *Ann. Gender and International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press, 1992.

VITO, Daniela de; GILL, Aisha; SHORT, Damien. A tipificação do estupro como genocídio. São Paulo: Revista Internacional de Direitos Humanos, ano 6, n. 10, p. 29-51, junho de 2009.

VILHENA, Junia de. ZAMORA, Maria Helena. Além do ato: os transbordamentos do estupro. Rio de Janeiro: Revista do Rio Janeiro, n. 12, p.115-130, 2004.

Governo da República da Sérvia. Poverty Reduction Strategy Paper for Serbia: Executive Summary and Activity Matrices. Government of the Republic of Serbia. Belgrado, 2003. Disponível em <http://ec.europa.eu/enlargement/archives/seerecon/serbiamontenegro/documents/reforms_statement_serbia/annex2-prsp_executive_summary_and_matrices.pdf>, Acesso em: 08 outubro 2016.

n & Company, 1992. cap. IV, p. 88 - 109.